

O IDEB Como Referencial de Avaliação da Eficácia da Gestão Escolar: Um Estudo em Escola Pública Municipal de Altamira-PA¹

LUIZ MIGUEL GALVÃO QUEIROZ

Pedagogo. Doutor em Educação, Políticas Públicas Educacionais
UFPA – Brasil

Professor Substituto na Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal
Membro pesquisador do GEPGED-UFPA

RAFAEL DA SILVA QUEIROZ

Licenciado em Letras. Mestre em Literatura Amazônica, UFAM, Brasil
Professor na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)

TEREZINHA SIRLEY RIBEIRO DE SOUSA

Pedagoga. Mestre em Educação, Educação Especial, UERJ, Brasil
Professora Assistente na Universidade Estadual do Pará

Resumo:

O presente texto discute a avaliação da eficácia da gestão escolar pública referenciada a partir dos resultados do IDEB. O estudo objetiva analisar em que medida os resultados do IDEB podem avaliar a eficácia da gestão nas unidades escolares públicas. O estudo elege como problema central de investigação: em que medida os resultados do IDEB podem avaliar a eficácia da gestão nas unidades escolares públicas? O percurso metodológico ancora-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético e de acordo com Saviani (2015) é possível descrever a realidade concreta dos fenômenos sociais construídos no cotidiano da gestão da escola pública. O estudo faz uso de fontes documentais e para subsidiar a fundamentação teórica, buscaram-se referências em artigos, teses e dissertações, que tratam de discussões sobre o tema. Os resultados revelam que é impossível avaliar a eficácia da gestão escolar pública considerando unicamente os valores quantitativos obtidos de forma amostral do IDEB.

¹ *IDEB as A Reference for Assessing the Effectiveness of School Management: A Study in a Municipal Public School in Altamira-PA.*

Palavras-chave: educação; gestão escolar; IDEB.

Abstract:

This text discusses an evaluation of the effectiveness of public-school management based on the results of IDEB. The study aims to analyze in which proportion IDEB results can assess the effectiveness of management in public school units. We chose, as a central research problem: to what extent can IDEB results assess the effectiveness of management in public school units? The methodological path is anchored in the perspective of historical and dialectical materialism and, according to Saviani (2015), it is possible to identify the concrete reality of social phenomena constructed in the daily management of public schools. The study makes use of documentary sources and, to support the theoretical base, references were sought in articles, theses and dissertations, which deal with discussions about the theme. The results revealed that it is impossible to assess the effectiveness of public school management, considering only the quantitative data obtained as a sample from IDEB.

Keywords: education; school management; IDEB

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute sobre a avaliação da eficácia da gestão escolar pública, delimitado a partir dos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em escola vinculada a rede municipal de ensino de Altamira-PA, no período de 2011 a 2019. A referida pesquisa está vinculada ao Projeto de Pesquisa “Escolas Públicas Municipais de Altamira-PA e a Democratização da Gestão”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão da Educação (GEPGED), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará - campus de Altamira - PA.

A implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) na década de 1990, que reúne um conjunto de ações destinadas a promover a avaliação do desempenho dos estudantes das redes de ensino no Brasil, cujo instrumento de verificação é o Índice do

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), representado por um valor numérico obtido pelas escolas, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aplicado de forma amostral nas turmas, por meio da Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é relevante ser investigado no âmbito da pesquisa educacional.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), justifica a presença do Sistema de Avaliação da Educação Básica, como um meio pelo qual é possível a realização de um diagnóstico da situação em que se encontra educação básica no Brasil, e por meio de testes e questionários aplicados com periodicidade de dois anos, possibilita identificar em que níveis de aprendizagem os estudantes se encontram, além de promover subsídios para que as escolas e redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação ofertada aos estudantes (BRASIL, 2020).

Contraposto à argumentação estatal, as redes de ensino público no Brasil se ressentem de instrumentos destinados a avaliação da gestão escolar, e com o intuito de minimizar tais angústias, grande parte dos gestores de sistema de ensino utilizam o desempenho dos estudantes obtidos junto à Prova Brasil, Enem, como referência para “avaliar” a gestão escolar, como se tais resultados fossem capazes de traduzir de fato o cotidiano do trabalho desenvolvido nas escolas.

Em meio as limitações abrangidas nas informações produzidas por intermédio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o estudo elege como problema central de investigação: Em que medida os resultados do IDEB podem avaliar a eficácia da gestão nas unidades escolares públicas? A partir dessa indagação construímos as seguintes questões norteadoras para auxiliar na elucidação do problema exposto. Que relação há entre as informações do IDEB e a gestão escolar? As informações descritas no IDEB conseguem avaliar a eficácia da gestão escolar?

O estudo objetivou analisar em que medida os resultados do IDEB podem avaliar a eficácia da gestão nas unidades escolares públicas, considerando que os valores numéricos resultantes da proficiência dos alunos e as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolarnão são suficientes para descrever a complexidade e a totalidade do processo educacional, nos

quais a gestão vivencia cotidianamente nas unidades escolares públicas.

O percurso metodológico do estudo ancora-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, que de acordo com Saviani (2015) é possível descrever a realidade concreta dos fenômenos sociais construídos no cotidiano da gestão da escola pública, em que as contradições inerentes ao modo de produção criam as condições requeridas para a reprodução da força de trabalho que a escola pública serve ao capital. O estudo faz uso de fontes documentais, dentre estes, o Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento do Conselho Escolar, obtidos junto a uma escola pública no Município de Altamira-PA, cujo nome de fantasia é “Clarice Lispector”. Optou-se pela utilização de nome fantasia, para resguardar o anonimato dos sujeitos envolvidos na colaboração da pesquisa, em disponibilizar informações das referidas unidades de ensino.

Com a finalidade de subsidiar a fundamentação teórica, busquei referenciais em artigos, teses e dissertações, que tratam de discussões sobre gestão escolar. Posteriormente realizamos a análise dos documentos por meio da técnica da análise do conteúdo, descrita por Bardin (2011), como a possibilidade de interpretar as mensagens emitidas nos documentos por meio de inferências.

A GESTÃO EDUCACIONAL E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

A reflexão sobre a gestão educacional no contexto da escola pública demanda a necessidade de promover a qualidade da educação, concebida como a possibilidade de transformação da realidade dos sujeitos vinculados às classes populares, tornando-os protagonistas na construção de um tecido social cujo princípio basilar é a prática democrática.

De acordo com Saviani (2015), a escola pública tem como função social, disponibilizar o conhecimento científico historicamente acumulado, e nesse contexto, a gestão educacional assume um papel estratégico na construção de relações favoráveis ao exercício da democracia, concebido como o fundamento central para a construção de possibilidades de transformação da realidade concreta dos sujeitos.

De acordo com Dourado (2007), na reflexão sobre a gestão da educação é impossível deixar de se considerar as perspectivas, as concepções e os cenários, que se desenrolam na disputa de poder no âmbito do Estado, as quais se alinham a múltiplos interesses, que determinam como a escola deve funcionar, e nesse sentido:

A escola entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte do custo-benefício stricto sensu. Isto tem um impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades (...) (DOURADO, 2007, p.924).

A escola pública capitalista se organiza para responder as necessidades de reprodução da força de trabalho requerida de tempos em tempos para substituir a força de trabalho desgastada ou que não possuem as competências e habilidades destinadas à execução das tarefas. Com a finalidade de alcançar tal objetivo, é requerido um modelo de gestão educacional capaz de fazer funcionar tal engrenagem, com o intuito de formar o capital humano disponível em abundância no mundo do trabalho e submetido à mais-valia. Assim, aprender a ler, escrever e contar, minimamente, tornam-se os objetivos centrais a serem alcançados pela escola.

Contraposto a tal lógica, a qualidade social da educação inclui um conjunto de elementos indispensáveis à promoção do desenvolvimento global, tanto das condições objetivas requeridas à vida em sociedade quanto à promoção das condições objetivas destinadas a produção da existência dos sujeitos. Assim, quando se cogita debater a qualidade da educação, por meio do papel da gestão escolar como fio condutor de um processo de transformação da realidade concreta dos sujeitos vinculados às classes populares, que frequentam a escola pública, por ser o único espaço destinado a apropriação dos conteúdos mínimos prescritos na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), é relevante compreender que conceito de qualidade os gestores escolares ingenuamente se iludem com o chamado “canto da sereia” (MONTANO, 2014).

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p.205).

A abrangência da compreensão do conceito da qualidade social da educação e de sua defesa, induzir o gestor escolar ao compromisso ético e político com a transformação da realidade social, e a via única destinada ao alcance desse fim é a promoção de uma prática gestora cujo fundamento central é o exercício do princípio da democracia. No entanto, a globalização, a reforma do Estado, a flexibilidade, indutores do modelo econômico pautado na reestruturação produtiva, protagonizado no *toyotismo*, define a qualidade representada pela equação: produtividade-eficiência-eficácia, em que, o alcance de “erro zero” nos procedimentos operacionais e nos processos de produção, rotula o “produto ou serviço”, com o predicativo de “qualidade”.

Nesse contexto, a gestão educacional e o ensino de “qualidade” proposto no ideário neoliberal, sob as recomendações da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE, e demais organismos financiadores internacionais, é aquela que consegue alcançar valores quantitativos tais como: maior número de aprovação; menores índices de evasão escolar; menores índices de distorção idade-ano; independentemente das condições objetivas que o processo ensino-aprendizagem é ofertado, destituídas da análise das condições socioeconômicas de produção existencial em que os sujeitos se encontram.

A qualidade da educação, portanto, não se circunscreve a médias, em um dado momento, a um aspecto, mas configura-se como processo complexo e dinâmico, margeado por um conjunto de valores como credibilidade, comparabilidade, entre outros. Ratifica-se, portanto, que qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial,

pois a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem deixar de considerar as dimensões extraescolares que permeiam tal temática (DOURADO;OLIVEIRA, 2009, p.2007).

Contraposto ao alcance de índices prescritos a serem alcançados nos indicadores educacionais, a qualidade social da educação desafia a gestão escolar a conhecer e reconhecer elementos circundantes para além da prática educativa que interferem no cotidiano escolar, e tornam vulnerável o processo educativo. Isso significa transpor a visão quantitativa referenciada nos resultados de proficiência dos exames de larga escala, cuja matriz amostral e fragmentada em áreas de conhecimento, não consegue traduzir a realidade concreta do processo educativo em sua totalidade.

De acordo com Garcia (2009) a reforma do Estado no Brasil na última década do século XX, implantou o modelo de gestão por resultados na escola pública e por meio das parcerias público privado, as redes de ensino incorporaram as bases tecnológicas de gestão do ambiente empresarial, visando o alcance de metas quantitativas em relação ao desempenho dos estudantes. Assim, o referencial de eficácia da gestão escolar no Brasil pós-reforma do Estado foi referenciado segundo os moldes fabris, em que a qualidade é mensurada por valores quantitativos alcançados durante o desenrolar das práticas educativas.

Nesse contexto, a gestão escolar é desafiada a alcançar as metas projetadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e conseqüentemente, alcançar a nota prevista no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Significa afirmar que a gestão escolar é eficaz no cumprimento da qualidade do desempenho escolar do estudante, desde que os índices previstos nos indicadores sejam alcançados. Frente a tal realidade, o IDEB protagonizou no ideário popular que toda escola pública capaz de alcançar as metas projetadas é sinônimo de uma gestão eficaz, portanto, em tese, possui qualidade de ensino satisfatória.

De acordo com Cunha (2012), o IDEB utiliza uma matriz de referência composta de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, extraídos do currículo escolar para elaboração das questões da Prova Brasil, portanto, a avaliação representa apenas um

recorte dos conhecimentos sistematizados no currículo. Assim, é possível que os alunos dominem determinados conteúdos em detrimento de outros, que possivelmente não fazem parte do instrumento de avaliação aplicado.

A leitura das informações referentes ao IDEB alcançado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Clarice Lispector, vinculada a rede municipal de Altamira-PA, possibilitam refletir sobre a possível relação entre os resultados alcançados pela escola no exame nacional de larga escala e a gestão escolar. A seguir, o Quadro 1 apresenta os resultados da referida escola.

Quadro 1 – Demonstrativo das metas projetadas x IDEB observado

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS METAS PROJETADAS X IDEB OBSERVADO										
ESCOLA	Metas Projetadas					IDEB OBSERVADO				
EMEF	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
Clarice Lispector	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,9	4,7	5,0	5,9	6,2

Fonte: SEMED (2020)

De acordo com os dados acima, desde o ano de 2011 até 2019, a escola consegue alcançar as metas projetadas para o IDEB, inclusive mantendo-se acima do que foi projetado. Para Sander (2009, p.79) o movimento neoliberal imprimiu novas feições quanto ao modelo de gestão escolar, cujo enfoque fundamenta-se nos princípios da qualidade total, em que o aprimoramento contínuo dos processos de produção pode alcançar o defeito zero na linha de produção. Essa lógica desembarcou na escola, “ênfatizando os princípios da eficiência e produtividade, racionalização administrativa e avaliação estandarizada de desempenho”, portanto, a elevação do desempenho escolar em contínuo crescimento, passou a ser concebido como um selo qualidade, de produtividade, e conseqüentemente, afere-se a eficácia da gestão escolar.

Nesse contexto, ainda que a escola pública apresente uma infraestrutura inadequada para atendimento com dignidade ao aluno, a prática de um trabalho precarizado de docentes, a estratégia de promoção de testes e simulados destinados a “adestrar” os estudantes para participação nos exames nacionais de larga escala, a ausência do

exercício democrático, no entanto, se conseguir alcançar as metas projetadas para o IDEB, a mesma é considerada no discurso hegemônico, dotada de eficácia na gestão.

De acordo com Cunha (2012), as informações oriundas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mesmo que indique algo relativo ao desempenho escolar dos estudantes quanto à proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, no entanto, não consegue revelar os níveis de aprendizagem alcançado nas demais áreas de conhecimento componentes do currículo, e também, é impossível identificar o desenvolvimento formativo humano dos estudantes.

Complementarmente, as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolar, em sua maioria não são analisadas na escola devido as limitações de profissionais qualificados para tratar esses dados e subsidiar a gestão das unidades de ensino para o enfrentamento do problema. Para Cunha (2012), as condições subjetivas descritas no questionário socioeconômico respondido pelos alunos não compõem o valor quantitativo do IDEB alcançado pela escola, portanto, a gestão escolar não consegue identificar possíveis situações ou condições de ordem social que ocasionam a reprovação ou o abandono dos alunos à escola.

Portanto, é possível apontar para limitações quanto à avaliação da eficácia da gestão escolar referenciada a partir dos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, visto ser esse instrumento de avaliação em larga escala utilizado pelo Ministério da Educação para avaliar o desempenho escolar dos estudantes não contemplar um leque significativo de categorias que integram o processo educativo.

Ao avaliar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por meio de uma matriz de referência, que não consegue agregar todos os conteúdos e as situações vivenciadas pelos estudantes no cotidiano da escola pública brasileira, é impossível por meio do IDEB, estabelecer um parâmetro capaz de avaliar a eficácia da gestão escolar.

A POSSÍVEL EFICÁCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ALTAMIRA

A reflexão sobre a gestão escolar alinhada a perspectiva de busca de resultados condicionados aos referenciais projetados em conformidade aos indicadores nacionais previstos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tem sido a estratégia adotada por diversos sistemas municipais de ensino no Brasil. Para Lucena et al (2018), o chamado regime de colaboração ainda limita a atuação dos municípios às determinações sugeridas pelo governo federal.

Essa condição impede que os sistemas de ensino municipais sejam autônomos quanto ao planejamento de ensino alinhado à realidade concreta das redes. Assim, dependendo das alianças políticas alinhadas nas esferas de poder (municipal, estadual e federal), as redes de ensino elaboram as estratégias de ação destinadas a promover o funcionamento da gestão escolar. Nesse contexto, é possível considerar que as restrições de autonomia administrativa e financeira vivenciadas pelas redes de ensino, também repercutem na autonomia pedagógica, estabelecendo-se uma condição de refém às determinações do sistema nacional de avaliação.

De acordo com Dourado (2020), o planejamento educacional alinhado às determinações dos organismos internacionais indica o percurso que a educação básica deve percorrer, as quais adotam como referência as metas e os objetivos definidos no SAEB. Ainda que algumas redes de ensino tenham instituído alguns instrumentos alinhados gestão democrática, tais como o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar, essas instâncias não funcionam efetivamente sob o viés dos princípios democráticos.

A efetividade da gestão democrática na escola pública implica na construção de uma identidade própria quanto ao ensino, principalmente em sua adequação à realidade concreta, ou seja, as condições sociais e econômicas enfrentadas no espaço geográfico em que a escola está situada. Segundo Padilha (2002), a prática educativa na perspectiva democrática, vislumbra a transformação da realidade dos sujeitos por meio do exercício da democracia, e nesse sentido, a escola assume a função social de educar para transformar as condições objetivas e subjetivas dos sujeitos.

A prática educativa na perspectiva democrática transcende a lógica da superposição dos aspectos quantitativos em relação aos aspectos qualitativos, e nesse contexto, tanto a construção de índices quantitativos quanto ao seu alcance dispostos em metas, não orientam o processo de avaliação da gestão escolar. De acordo com Padilha (2002), a função social da escola está alinhada a formação humana, visando a construção de sujeitos críticos, problematizadores da realidade e por meio de sua ação política, transformá-la.

De acordo com Padilha (2002), a gestão democrática tem como pressuposto básico a participação dos sujeitos na construção do Projeto Político Pedagógico, concebido como um instrumento destinado a gerir a escola por meio da valorização do trabalho coletivo. Nesse contexto, é possível apontar para construção coletiva da proposta pedagógica, visando promover a qualidade social do ensino.

A presença do PPP na escola assegura a ampla participação da comunidade na construção do exercício e da prática democrática, especialmente quanto ao processo de gestão do ensino, com foco na qualidade em sua dimensão social, por meio de uma proposta pedagógica destinada a formação integral dos educandos, em que os aspectos qualitativos se sobrepõem aos aspectos quantitativos.

A presença de metas quantitativas a serem alcançadas pela escola Clarice Lispector, em conformidade com os indicadores educacionais e metas para a escola em 2020, contido no PPP, sugere a influência dos modelos de gestão empresarial, cujo foco determinante é o alcance de resultados, traduzidos por valores quantitativos.

Quadro 2 - adaptado do PPP da escola Clarice Lispector

Indicadores	Metas alcançadas Pela escola em 2019	Metas projetadas Pela escola em 2020	Metas projetadas Pelo Município em 2020
Aprovação: anos iniciais e anos finais	93,25% anos iniciais 94,16% anos finais	Elevar de 93,25% para 97% a aprovação nos anos iniciais. Elevar de 94,6% para 95% a aprovação nos anos finais.	Elevar de 94,5 % para 97% o índice de aprovação dos alunos dos anos Iniciais do Ensino fundamental (1° ao 5°); Elevar de 90,5% para 95% o índice de aprovação dos alunos dos anos Finais do Ensino fundamental (6° ao 9°).

Luiz Miguel Galvão Queiroz, Rafael da Silva Queiroz, Terezinha Sirley Ribeiro de Sousa– **O IDEB Como Referencial de Avaliação da Eficácia da Gestão Escolar: Um Estudo em Escola Pública Municipal de Altamira-PA**

Abandono	0,0% (1° ao 5° ANO) 0,0% 0,0% (6° ao 9° ANO)	Manter 0,0%	Reduzir de 0,6% para 0,5% o índice de abandono do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano); Reduzir de 0,8 % para 0,5% o índice de abandono do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano);
Alfabetização até o final do 2° ano/9	89,7%	Elevar de 89,7% para 96%	Elevar de 93,2% para 96% o índice de alfabetização até o final do 2° ano

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do PPP da EMEF Clarisse Lispector (2020)

As informações contidas nos indicadores educacionais e metas para a escola em 2020 limita-se a valores numéricos, que não conseguem traduzir a realidade social dos educandos, sujeitos concretos, que carregam subjetividades significativas que merecem ser consideradas no processo de gestão escolar. De acordo com Freitas (2019), a operacionalidade da gestão educacional aos moldes do padrão fabril, cujo objetivo é unicamente a obtenção de resultados, traduzidos por números, tem por finalidade o atendimento às recomendações dos organismos internacionais, sem a necessária análise do contexto social em que tais sujeitos se inserem concretamente.

Com o processo de municipalização do ensino em Altamira, ocorrido em 1998, muda-se toda uma conjuntura que envolve desde as estruturas organizacionais até as estruturas físicas. A política de gestão educacional foi redimensionada pela parceria com o Instituto Ayrton Senna com base na Pedagogia do sucesso. Os professores da Escola [...] passaram pelo mesmo processo como nos demais municípios (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 7).

Os vestígios dos ranços da gestão empresarial nos sistemas de ensino decorrem das investidas das parcerias público privado na educação pública, edeacordocom Montano (2015), tal “canto da sereia” tem promovido vínculos significativos da crença da eficiência e da eficácia dos mecanismos operacionais representados por objetivos e metas quantitativas para obtenção de resultados traduzidos em valores numéricos.

Aeficácia da gestão escolar é comprometida por não dispor das informações referentes a realidade social concreta dos educandos, e de

acordo com Freire (2010), “não há docência sem discência”. Portanto, é impossível dialogar sobre a gestão democrática, isento da concretude dos sujeitos, das condições objetivas e subjetivas que interferem nas práticas educativas. A educação destinada à formação humana prescinde do diálogo com a realidade, visando promover a construção do conhecimento na perspectiva crítica.

As interferências da lógica da gestão empresarial prescritas no PPP da escola Clarice Lispector, induz a adesão às recomendações dos organismos internacionais, especialmente quanto à adoção das matrizes de referência que orientam as avaliações de larga escala, com o intuito de alcançar as metas previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A comunidade escolar [...] apresenta alunos das mais diversas condições financeiras, atendemos crianças de baixa renda, média condições e outras que apresentam elevado poder aquisitivo. Durante esse ano recebemos vários alunos oriundos de escolas particulares do município e outros estados [...]. No ensino Fundamental [...] a escola deve ter conhecimento dessa fase com todas as suas características e especificidades. Portanto, as áreas de conhecimento trabalhadas na escola devem contemplar essas características, além de proporcionar palestras educativas. podem ser desenvolvidos através de projetos elaborados por uma equipe de professores de áreas afins, direção e coordenação pedagógica. A escola deve proporcionar um currículo dinâmico e significativo para o aluno, possibilitando uma formação consciente e crítica, de modo que este aluno seja protagonista da transformação de sua realidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 13).

De acordo com Padilha (2002), o PPP é a expressão da concepção de mundo, de homem, de sociedade, que a comunidade definiu no âmbito coletivo, e nesse contexto, é fundamental que a gestão escolar lidere o processo destinado à construção de uma prática educativa emancipatória, autônoma, reconhecendo que a comunidade assume a responsabilidade pelos destinos da função social da escola. É relevante considerar que a comunidade fez a opção por um currículo dinâmico e significativo para o aluno, ou seja, desatrelado das recomendações prescritas pelos organismos internacionais, no entanto, a escola adota como referencial nos objetivos de ensino, o alcance das metas previstas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Ainda que a Constituição Federal de 1988, no art.206, Inciso VI, corroborado com a LDB 9.394/96 no Art.3, Inciso VIII, assegure a prática da gestão democrática nas escolas públicas, visando promover a soberania popular na escolha da proposta pedagógica destinada a responder as expectativas da comunidade, tal direito tem sido subtraído na maioria dos sistemas de ensino.

TÍTULO -1: DA NATUREZA E FINS: ARTIGO 1º: O conselho escolar e um organismo consultivo e deliberativo vinculado às Escolas Públicas do Estado do Para que vise: aconselhar, controlar, fiscalizar e avaliar o sistema de ensino (REGIMENTO CONSELHO ESCOLAR, 2020).

A presença do Conselho Escolar, como espaço jurídico representativo da comunidade escolar, inclui a avaliação do sistema de ensino, no entanto, no referido documento, tampouco no PPP, são expostas as estratégias de avaliação do sistema de ensino construídas pela comunidade. De acordo com Padilha (2002), a aprendizagem da prática da democracia na escola tem como finalidade maior, a transformação da realidade social concreta.

Segundo Dourado (2015), a reflexão sobre a gestão democrática na escola pública tem como ponto de partida a prática de eleições diretas para o exercício do cargo de diretor das escolas. No entanto, os sistemas de ensino adotam o sistema de indicação de gestores escolares, em geral, alinhados ao projeto de poder, tornando-os prepostos do Estado.

Na unidade de ensino pesquisada foi constatado o falseamento da prática da gestão democrática, e de acordo com o PPP e o regimento do Conselho Escolar, não há um sistema próprio de avaliação do ensino, o que leva a escola adotar como parâmetro de avaliação, mecanismos externos à realidade escolar.

Durante o ano letivo a escola participa das avaliações em nível Nacional, Estadual e Municipal que avaliam o desempenho geral da instituição e também dos setores que a compõem bem como o desempenho dos estudantes, quais sejam: • Prova Brasil (SAEB) • Avaliação de desempenho funcional (municipal) • OBMEP - Olimpíada de matemática das escolas públicas [...] A avaliação do PDE ocorrerá no início do ano letivo para analisar o desenvolvimento das atividades sugeridas na proposta e as metas alcançadas, considerando pontos positivos ou negativos que poderão ser

mantidos, excluídos ou melhorados para o próximo ano letivo (Projeto Político Pedagógico).

Percebe-se no PPP, equívocos significativos em relação às avaliações promovidas pelo SAEB, pois em geral, essas avaliações se restringem ao desempenho dos estudantes quanto ao domínio de competências e habilidades contidas na Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática, e tal sistema não avalia a gestão escolar, como também as condições objetivas e subjetivas, nas quais o ensino é ofertado.

Para Dourado (2015), a qualidade social da educação é um dos elementos centrais que devem orientar os objetivos da prática da gestão democrática, em oposição a busca de alcance de índices quantitativos que não conseguem expressar a realidade concreta das condições de oferta do ensino, como também, das condições existenciais da maioria dos estudantes vinculados as classes populares que frequentam a escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões obtidas no transcurso da pesquisa foi possível considerar que a eficácia da gestão escolar orientada segundo os aspectos de desempenho escolar obtido por meio dos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), traduzido por meio da Prova Brasil, não consegue obter tal avaliação, uma vez que as informações contidas no IDEB se limitam a proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática, restrita a uma matriz de referência.

O desempenho obtido pela escola por intermédio do IDEB é míope no sentido de avaliar a eficácia da gestão escolar, pois não abrange o currículo em sua totalidade, além de não ser uma avaliação universalizada na escola, por se tratar de uma avaliação amostral, restrita ao 5º e 9º ano do ensino fundamental, restrito às disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Por outro lado, é relevante considerar que apesar da escola dispor em seus documentos, tais como o Projeto Político Pedagógico e o Estatuto do Conselho Escolar, e afirmar que adota a gestão democrática como princípio básico do processo gestor, é possível refutar tal afirmativa, uma vez que, a escola adere às recomendações prescritas pelos organismos internacionais quanto à avaliação de

desempenho dos alunos. Em oposição a essa condição, é previsto no PPP que o currículo deve ser “dinâmico e significativo para o aluno, possibilitando uma formação consciente e crítica, de modo que este aluno seja protagonista da transformação de sua realidade”.

Também, constatou-se que o Conselho Escolar, instância política destinada a promover o fortalecimento da comunidade na construção da proposta pedagógica vinculada a perspectiva de uma educação emancipatória, não expressa em seus princípios e atuação, a busca da transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. 2020.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CUNHA, Eudes Oliveira. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do IDEB. Um estudo em duas escolas municipais de Salvador**. Salvador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2012.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Educação de Qualidade. Revista em Aberto: Brasília. v.33, n.109, 2020. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4524/3858>. Acesso em: 12 out. 2021.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: Perspectivas e Desafios**. Cadernos Cedes; Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FREITAS, Luís Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2019.
- FREITAS, Luís Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2019.
- GARCIA, Mauricio Luis Silva. **Implicações do terceiro setor no debate da gestão democrática: um estudo a partir do programa “amigos da escola”**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- LUCENA et al, Carlos; **A crise da democracia brasileira – Volume I**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.
- MONTANO, Carlos. **O canto da sereia: crítica a ideologia e aos projetos do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2015.

Luiz Miguel Galvão Queiroz, Rafael da Silva Queiroz, Terezinha Sirley Ribeiro de Sousa– **O IDEB Como Referencial de Avaliação da Eficácia da Gestão Escolar: Um Estudo em Escola Pública Municipal de Altamira-PA**

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: guia da escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Clarice Lispector** – ECL, 2020.

REGIMETO DO CONSELHO ESCOLAR. **Escola Clarice Lispector**, 2018.

SANDER, Benno. Gestão educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2015.

SEMED. Secretaria Municipal de Altamira - PA. **Indicadores de desempenho do IDEB**, 2020.